

ARTIGO <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i39.6376>**OS PONTOS CONVERGENTES ENTRE OS/AS TEÓRICOS/AS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

THE CONVERGING POINTS AMONG THE THEORISTS OF RURAL EDUCATION

LOS PUNTOS CONVERGENTES ENTRE LA EDUCACIÓN TEÓRICA/DEL CAMPO

Heloisa da Silva Borges

Universidade Federal do Amazonas – Brasil

Bianca da Silva Oliveira

Universidade Federal do Amazonas – Brasil

Resumo: Este artigo é resultado da pesquisa de Iniciação Científica da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, que teve como título: “Os Teóricos da Educação do Campo”. O estudo centrou-se nos principais autores/as teóricos/as referente à coletânea Por Uma Educação do Campo e outros, que tratam a Educação do Campo, dentre os quais se destacam: Arroyo (1999), Fernandes (1999), Caldart (2000), Molina (2004) e Benjamin (2000). O artigo está dividido em 4 (quatro) pontos: 1) Breve histórico sobre a Educação do Campo; 2) Os Movimentos Sociais e a Educação do Campo; 3) Os/as Teóricos/as e a concepção da Educação do Campo; 4) Os/as teóricos/as e os pontos fundamentais para compreender a concepção da Educação do Campo. A pesquisa teve como foco o seguinte objetivo geral: Analisar os Teóricos que sustentam a concepção de Educação do Campo. Objetivos específicos são: 1) Estudar os referenciais teóricos da Educação do Campo; 2) Refletir sobre a concepção da Educação do Campo e os pontos convergentes. O procedimento metodológico da pesquisa teve como base a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, centrada nos autores que vem discutindo os princípios, fundamentos epistemológicos e conceituais da Educação do Campo. A conclusão da pesquisa centrou nos estudos da temática da Educação do Campo e sua relação com a perspectiva dos Movimentos Sociais do Campo, considerando suas contribuições para a formulação de uma educação significativa e contextualizada para os sujeitos desse contexto. Assim, evidenciaram-se as concepções de Educação do Campo atribuídas pelos/as autores/as teóricos/as ao longo da pesquisa, bem como a contribuição dos Movimentos Sociais para a elaboração de propostas educacionais voltadas para a realidade do campo brasileiro.

Palavras chave: Educação do Campo, Movimento Social, Educação Rural.

Abstract: This article is the result of a Scientific Initiation research at the Faculty of Education, Federal University of Amazonas, which had the title: “The Theorists of Rural Education”. The study focused on the main theoretical authors referring to the collection Por Uma Educação do Campo and others, which deal with Rural Education, among which stand out: Arroyo (1999), Fernandes (1999), Caldart (2000), Molina (2004) and Benjamin (2000). The article is divided into 4 (four) points: 1) Brief history of Rural

Education; 2) Social Movements and Rural Education; 3) Theorists and the concept of Rural Education; 4) Theorists and the fundamental points to understand the concept of Rural Education. The research focused on the following general objective: To analyze the theorists who support the concept of rural education. The specific objectives are: 1) To study the theoretical references of Rural Education; 2) To reflect on the concept of Rural Education and the converging points. The methodological procedure of research was based on qualitative bibliographic research, centered on the authors who have been discussing the principles, epistemological and conceptual foundations of Rural Education. The conclusion of the research centered on studies on the theme of Rural Education and its relationship with the perspective of Social Movements in the Countryside, considering their contributions to the formulation of meaningful and contextualized education for subjects in this context. Thus, the conceptions of Rural Education attributed by the theoretical authors became evident throughout the research, as well as the contribution of the Social Movements for the elaboration of educational proposals focused on the reality of the Brazilian countryside.

Keywords: Rural Education, Social Movement, Countryside Education.

Resumen: Este artículo es el resultado de la investigación de Iniciación Científica de la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Amazonas, que tenía el título: "Los teóricos de la educación rural". El estudio se centró en los principales autores teóricos que se refieren a la colección *Por Uma Educação do Campo* y otros, que tratan sobre Educación Rural, entre los que destacan: Arroyo (1999), Fernandes (1999), Caldart (2000), Molina (2004) y Benjamin (2000). El artículo está dividido en 4 (cuatro) puntos: 1) Breve historia de la educación rural; 2) Movimientos sociales y educación rural; 3) teóricos y el concepto de educación rural; 4) Los teóricos y los puntos fundamentales para comprender el concepto de Educación Rural. La investigación se centró en el siguiente objetivo general: analizar a los teóricos que apoyan el concepto de educación rural. Los objetivos específicos son: 1) estudiar las referencias teóricas de la educación rural; 2) Reflexionar sobre el concepto de Educación Rural y los puntos convergentes. El procedimiento metodológico de la investigación se basó en la investigación bibliográfica cualitativa, centrada en los autores que han estado discutiendo los principios, fundamentos epistemológicos y conceptuales de la educación rural. La conclusión de la investigación se centró en estudios sobre el tema de la educación rural y su relación con la perspectiva de los movimientos sociales en el campo, considerando sus contribuciones a la formulación de una educación significativa y contextualizada para los sujetos en este contexto. Así, se hizo evidente las concepciones de la educación rural atribuidas por los autores teóricos a lo largo de la investigación, así como la contribución de los movimientos sociales para la elaboración de propuestas educativas centradas en la realidad del campo brasileño.

Palabras clave: Educación del campo, movimiento social, educación rural.

Introdução

O presente artigo é resultado da pesquisa de Iniciação Científica da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas com seguinte tema: “Os teóricos da Educação do Campo” que se deu em razão das inquietações a respeito dessa modalidade de educação brasileira, tendo em vista que o debate sobre a mesma muitas vezes não é de grande alcance na

formação inicial dos/as professores/as. Por isso, consideramos relevante conhecer os/as principais teóricos/as que abordam essa modalidade educacional, a fim de refletirmos sobre as concepções pedagógicas propostas. Entretanto, optamos em dar o título neste artigo de: “Os Pontos Convergentes entre os/as Teóricos/as da Educação do Campo”.

Na primeira parte do artigo se faz referência à fundamentação teórica realizada, ou seja, o levantamento bibliográfico utilizado para nortear o desenvolvimento da pesquisa, pautado em artigos científicos, livros sobre a temática, em especial a coleção “Por uma Educação do Campo”.

Realizamos ao longo da pesquisa um recorte histórico que nos possibilitou perceber a distinção entre os termos “rural” e “campo”, considerando as mudanças que ocorreram para que nos dias atuais haja uma preocupação com os sujeitos desse contexto. Além disso, nos cabe entender esse termo “campo” como um contexto social que abrange uma diversidade de denominações populares que vivem nas áreas rurais, sejam elas: acampamentos, assentamentos, populações ribeirinhas, entre outros.

Para a compreensão da concepção de Educação do Campo, nos debruçamos sobre os principais autores teóricos que desenvolvem pesquisas na área. Desse modo, apontamos as ideias defendidas por esses autores no que diz respeito a Educação do Campo, analisando-as e refletindo sobre as mesmas.

A pesquisa foi desenvolvida com base na pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, no qual foi aprofundado teoricamente os conhecimentos a respeito da Educação do Campo, tomando por base os principais autores que abordam o tema. Foram realizadas leituras, fichamentos, análises e resumos de artigos e livros, fazendo uma constante comparação entre os teóricos **estudados**, para compreender a concepção de Educação do Campo de cada um deles.

Portanto, consideramos relevante destacar que a pesquisa sobre a temática pode ser prolongada, seja por meio da análise de documentos oficiais que respaldam a modalidade da Educação do Campo, quanto por meio do levantamento de outros autores teóricos que também contribuem para a discussão da mesma, a fim de manter o objeto de estudo em constante debate.

1 Breve histórico sobre a Educação do Campo

Neste ponto optamos por fazer um breve histórico sobre a Educação do Campo, a fim de que possamos compreendê-la na sua totalidade. Além disso, relacionamos a Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9394/96) com a modalidade da Educação do Campo. Buscamos também reforçar a ideia dos Movimentos Sociais atrelados ao campo brasileiro e suas contribuições para a educação.

1.1 Da Educação Rural à Educação do Campo

A Educação no Campo surge em um cenário marcado historicamente por avanços e retrocessos, sendo ela oriunda de um período compreendido desde o Brasil Colônia até a então redemocratização brasileira. Durante o período colonial brasileiro, marcado pela exploração da mão de obra dos indígenas e negros através da escravidão, a educação não era vista como prioridade, pois a esses sujeitos não era atribuída importância quanto à escolarização, visto que o saber ler e escrever não influenciava no trabalho braçal que eles executavam.

Economicamente, o Brasil foi erguido com base em um sistema de agricultura, correspondente principalmente a um período que se iniciou com a chegada dos europeus com a extração e exportação do pau-brasil e outros produtos cultivados em território nacional. Nesse contexto nos cabe mencionar que os trabalhadores da terra passaram boa parte do tempo excluídos do sistema educacional. A essa época apontam-se os maiores índices de analfabetismo no Brasil, pois a educação centrava-se às elites que se encontravam nas cidades, tornando o campo um espaço restrito ao produtivismo.

Mais tarde, com o advento da industrialização no Brasil, especificamente no final da década dos anos 20 do século XX, a agricultura cede espaço para o mercado das indústrias. Com isso, os trabalhadores da terra encontravam-se migrando para as zonas urbanas, rendidos ao discurso de melhores condições de vida, visto que no campo não lhes foi proporcionado novas oportunidades, tampouco apoio para seus modos de vida.

Durante muito tempo propagou-se uma visão reducionista a respeito dos povos do campo, no qual se considerava que os sujeitos inseridos nesse contexto não possuíam interesse pela educação. É notório que a inicial preocupação política e social a respeito da educação desses povos surgiu da necessidade de contenção migratória durante o então período industrial, conhecido em diversas literaturas como “êxodo rural”.

A garantia de ensino a essa população ficou restrita ao acesso à escola, sendo essa pensada e executada nos moldes urbanocêntricos, ou seja, o mesmo modelo de escola das áreas urbanas era vivenciado nas áreas rurais. Ainda não havia, nesse período, um direcionamento específico para a educação dos sujeitos do campo, nem mesmo o termo campo era propriamente

reconhecido, pois se encontram nas literaturas educacionais mais antigas o termo “rural”. Segundo PINHO e SANTOS (2007, p. 12): "O urbanocentrismo constitui-se na lógica adotada pelo sistema, como estratégia de regulação e controle da educação nacional, expressando o ideal homogeneizador, o que marginaliza e silencia as experiências produzidas no âmbito rural [...]".

Logo, o sistema educacional acaba privilegiando os modelos urbanocêntricos de ensino, desconsiderando a existência das peculiaridades do Campo. Segundo Arroyo (1999, p. 23), a nossa cultura hegemônica trata os valores e saberes do Campo de forma ultrapassada, e justamente por isso o modelo de Educação Básica impõe no Campo os mesmos currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos, como se o Campo e todas as suas diversas culturas, sua história e lutas precisassem ser esquecidos ou alterados.

A Educação do Campo sofreu mudanças em seu conceito a partir das recorrentes discussões educacionais sobre a organização do currículo nacional. Segundo o INEP (2007, p. 8), a expressão Campo designa um espaço não apenas geográfico, mas social, pois possui vida e necessidades próprias, o qual não é resultado do que sobra além do espaço urbano. Já a expressão rural (e a ainda muito utilizada expressão educação rural), nos gera o pensamento tradicional de povo atrasado, retrógrado, sem ensinamentos ou saberes próprios.

Outras distinções encontradas a respeito dessas modalidades é a forma como se trata o espaço do Campo. Na Educação Rural, o campo é visto apenas como um espaço produtivista, no qual se exclui os que não se encaixam nessa lógica de mercado. Na Educação do Campo, o próprio Campo é visto como um espaço de luta e resistência dos seus sujeitos. Além disso, a Educação Rural sempre foi definida pelas necessidades vigentes do sistema capitalista, como resultado de uma articulação ao agronegócio, enquanto a Educação do Campo vai muito além, pois se preocupa com formação educacional dos sujeitos do Campo em uma perspectiva emancipatória.

Alguns acontecimentos foram de relevância para estabelecer a discussão sobre a Educação do Campo. Dentre eles, podemos destacar “I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária”, em 1997, promovida pelo Movimento Sem Terra (MST). Tal encontro buscou promover um debate de esfera nacional em torno de propostas educacionais que fossem contextualizadas com as lutas e ideais dos sujeitos do Campo.

No ano seguinte ocorre a “I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo”, que mobilizou a discussão entre diversos educadores e órgãos nacionais, em conjunto com os povos do campo para a reivindicação de uma proposta educacional vinculada aos interesses desses sujeitos. Essa Conferência trouxe à tona o protagonismo dos Movimentos

Sociais, em especial o MST, além de apontar importantes educadores como referência para a Educação do Campo, como Miguel Arroyo, Roseli Caldart e Mônica Molina (2004).

A II Conferência Nacional de Por Uma Educação Básica do Campo (II CNEC); na cidade de Luziânia, em Goiás, nos dias 2 a 6 de agosto de 2004. Nela foi tratada a necessidade de que o Estado assumisse as políticas públicas enquanto ações permanentes no campo brasileiro. Esta Conferência é marcada pela criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), que depois passa a se chamar de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). A criação proporcionou várias políticas através de programas viabilizando inúmeros projetos em todo o país.

Atualmente, com o resultado das eleições de 2018, o candidato eleito representa um governo que se contrapõe as ações desenvolvidas pela Secadi, por representar a sociedade organizada nas suas políticas. Dessa forma, a Secadi passa a se chamar de Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SMEE), que até o momento não propõe nenhum programa/projeto para atender os sujeitos do campo.

2 Os Movimentos Sociais e a Educação do Campo

Ao longo da história da educação brasileira, a Educação do Campo, enquanto modalidade educacional alicerçada aos Movimentos Sociais, tem enfrentado desafios para o estabelecimento das práticas curriculares contextualizadas e significativas para a população do campo. Segundo Caldart (2009), “Os protagonistas do processo de criação da Educação do campo são os ‘movimentos sociais camponeses em estado de luta’, com destaque aos movimentos sociais de luta pela reforma agrária e particularmente ao MST [...]” (p. 40).

O campo, enquanto espaço educativo, tem sido cada vez mais considerado nas discussões educacionais brasileiras. Isso se deve ao fato de que os Movimentos Sociais, como o MST (Movimento Sem Terra), passaram a reivindicar uma educação que estivesse em consonância com suas matrizes culturais.

A literatura educacional brasileira tem produzido materiais voltados para a Educação do Campo, evidenciando a temática sob a perspectiva dos Movimentos Sociais, pois consideram que é nesse movimento que se tem construído as bases para a garantia da Educação do Campo. Por isso é tão importante vincularmos essa modalidade de educação aos Movimentos Sociais, uma vez que ambos estão relacionados e não podem ser vistos isoladamente.

Os Movimentos Sociais surgem com a perspectiva de atribuir ao campo mais do que uma mera representação geográfica. A partir deles atribuem-se ao campo um caráter político, histórico e social que se consolida nas lutas por direitos. Na perspectiva dos Movimentos, a escola passa a ser vista como um espaço de formação humana e a educação o processo para essa formação.

Para Caldart (2011, p. 89), “O campo no Brasil está em movimento. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito de a sociedade olhar para o campo e seus sujeitos”. Ou seja, esse movimento reconhece que a realidade do campo necessita de um projeto escolar compatível com os interesses de quem vive no campo.

Precisamos compreender que a essa educação está intrinsecamente vinculada a luta dos Movimentos Sem Terra (MST), uma vez que os mesmos deram o pontapé inicial para a discussão de políticas públicas para o campo. Na medida em que os sujeitos Sem Terra passaram a lutar pela Reforma Agrária, iniciaram também a luta por escolas. Essa mobilização pelo direito a escola pode ser compreendida como o reconhecimento dos sujeitos desse Movimento ao seu direito pela educação.

Caldart (2011) afirma que esse movimento (MST) articulou a educação e a Reforma Agrária de modo que um complementa o outro em sua dinâmica, pois:

[...] a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias Sem Terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos, dependendo da própria trajetória de cada grupo, mas inegavelmente já consolidada como sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem-terra do MST *têm que ter* escola e, de preferência, que não seja *uma escola qualquer*; e a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculada às preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeitos. (grifos do autor, p. 92)

Essa percepção tomada pelos Sem Terra a respeito da educação configurou uma nova pauta em suas lutas: a de promover uma escola que coincida com o Movimento, e essa escola não poderia ser aquela estabelecida pelo modelo tradicional e urbano, pois historicamente esse modelo de escola já havia marginalizado esses sujeitos.

Vale salientar que a pertinência em enfatizar a Educação do Campo e sua relação com o Movimento Social está na necessidade em reconhecermos e refletirmos sobre a modalidade, considerando-a como uma contraposição aos modelos urbanos priorizados ao longo da história

da educação brasileira. Sua trajetória, junto aos Movimentos Sociais, nos possibilita perceber o viés emancipatório que essa educação almeja, uma vez que se coloca em discussão as inquietações dos sujeitos do campo.

Dessa forma, partiremos de pressupostos como os Movimentos Sociais para estabelecer uma linha de pensamento que fundamente o espaço do Campo dentro de uma perspectiva teórica, no qual autores como Molina, Arroyo, Caldart, Benjamin e Fernandes tornam-se referencial para a concepção de Educação do Campo.

3 Os/as Teóricos/as e a concepção da Educação do Campo

Esta seção do artigo fundamenta-se em aprofundar, teoricamente, a concepção de Educação do Campo na perspectiva dos seus principais autores teóricos. Além disso, reforçamos os aspectos metodológicos do campo, destacando as pedagogias existentes nessa modalidade educacional, assim como os sujeitos desse contexto.

3.1 – A concepção de Educação do Campo:

Ao investigar os principais teóricos da Educação do Campo, devemos considerar a visão de educação defendida por esses autores. Alguns referenciais, como a coleção “Por uma Educação do Campo”, encabeçada pelo Movimento Sem Terra (MST), tornaram-se de extrema relevância para a defesa dessa modalidade de educação no Brasil. A partir dessas discussões e da necessidade de pensar no campo enquanto espaço educativo, o conceito de Educação do Campo passou a ser defendido por diversos autores teóricos que pesquisam e reconhecem a especificidade desse contexto.

Destacamos como referência teórica para esse estudo os autores que contribuíram para o movimento “Por uma Educação do Campo”, dentre os quais: Miguel Arroyo, Roseli Caldart, Mônica Molina, César Benjamin e Bernardo Fernandes, que fundamentam suas concepções epistemológicas sobre o Campo brasileiro.

O conceito de Educação do Campo apontado por CALDART (2008) nos desloca de uma concepção imutável que muitas vezes atribuímos à educação. Pelo contrário, conforme suas análises sobre o tema, a autora aponta que:

[...] Trata-se de um conceito novo e em construção na última década. Portanto, um conceito próprio do nosso tempo histórico e que somente pode ser

compreendido/discutido no contexto de seu surgimento: a sociedade brasileira atual e a dinâmica específica que envolve os sujeitos sociais do campo. (p. 69).

Conforme citado pela autora, esse conceito está em construção, visto que o mesmo se estabelece dentro de um contexto histórico no qual há constantes mudanças significativas sendo, portanto, inadequado atribuir a ele um conceito final. Logo, antes de realizarmos um desdobramento conceitual sobre a modalidade, precisamos compreendê-la em todos os seus aspectos, e estes vão muito além do seu conceito.

Roseli Caldart afirma ainda que a discussão conceitual sobre Educação do Campo está pautada em uma tríade, sendo esta: Campo – Política Pública – Educação. Ou seja, esses três aspectos estão vinculados e não podem ser vistos isoladamente. De nenhuma forma há como pensar no campo sem integrá-lo com as políticas públicas; não há como pensar a educação sem relacioná-la ao campo; e, obviamente, não há política pública que não esteja em consonância com a educação.

Caldart (2008) reforça que a Educação do Campo se trata de uma especificidade. Essa ideia é compartilhada também por Arroyo, (1999, p.22) ao considerar que “[...] a educação básica tem que prestar especial atenção às matrizes culturais do homem, da mulher, do povo do campo [...]”. Ou seja, essa educação não pode ser desvinculada da realidade de seus sujeitos, pois reconhecemos que cada contexto possui características próprias, nas quais não se podem determinar os mesmos padrões.

A própria Lei, Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9394/96 articula essa necessidade de atenção às especificidades do Campo. Porém, o que ainda tem sido constatado em recorrentes pesquisas sobre o Campo é que as escolas permanecem seguindo um currículo desvinculado da cultura desses sujeitos, não reconhecendo os interesses de quem vive nesse contexto.

Ao tratar de Educação Básica, Miguel Arroyo (2011) se utiliza do conceito estabelecido pela LDBEN atual (1996), que reconhece a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio (incluindo ainda a educação de jovens e adultos) como etapas presentes na Educação Básica. Vinculado a isso, o autor nos traz a reflexão de que, dentro dessas etapas de ensino, devemos nos debruçar também sobre os aspectos relacionados ao Campo, considerando as matrizes culturais dos sujeitos do Campo. Essas matrizes dizem respeito aos modos de vida, modos de trabalho, a visão de mundo que homens e mulheres do

Campo possuem e que devem ser reconhecidos quando pensarmos em uma proposta educacional para eles.

Uma primeira condição para construirmos esta escola do campo é a clareza do lugar social que a educação pode ocupar na construção de um projeto de desenvolvimento. [...] A educação não levará ao desenvolvimento do campo se não for combinada com reforma agrária e com transformações profundas na política agrícola do país [...] (ARROYO, p.53, 2011)

Os autores teóricos nos direcionam também sobre o pensar na identidade desse movimento que é a Educação do Campo. Caldart (2002) aponta que a luta do povo do campo nas políticas públicas para a educação se desdobra em duas perspectivas: a “no campo” e a “do campo”, no qual “[...] *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde se vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (p.18).

Enquanto Arroyo e Caldart (2011) dialogam entre a concepção de Educação do Campo dentro de uma perspectiva voltada para a especificidade desse contexto, FERNANDES (2002) confronta a ideia de campo ao dividi-lo em dois conceitos, sendo o primeiro entendido como campo do agronegócio e o segundo o campo da existência. Conforme afirma:

Temos dois campos, porque os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. (p. 40)

A partir da distinção entre o campo do agronegócio e o campo da existência, Fernandes afirma que a educação vai apresentar diferentes significados para esses dois tipos de campo, pois a eles se atribuem valores diferentes. Enquanto o campo de agronegócio se estabelece no viés de produção das mercadorias, o campo predominado pelos sujeitos camponeses se forma em uma conjuntura muito além: é social, cultural e política.

Arroyo (2011) reforça essas ideias outrora fundamentadas por Fernandes (2002) ao relatar que no Brasil a agricultura familiar ficou marginalizada pelo governo devido ao crescimento da produção agrícola capitalista, que visava alimentar um sistema de exportação que excluiu pequenos agricultores do processo, além de deslegitimar do homem e mulher do campo a sua identidade de trabalhadores da terra.

Fernandes e Molina (2004) concordam que a Educação do Campo se apresenta como um novo modelo, pois rompe com a noção de educação rural, no qual muito se baseia na ideia de produtivismo, do agronegócio, e que considera o campo apenas como um lugar de produção de mercadorias, e não como ambiente de vida. Para eles,

O movimento Por uma Educação do Campo recusa essa visão, concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir um *modus vivendi* que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, o trabalho, a cultura e suas relações sociais. Esta concepção educacional não está sendo construída para os trabalhadores rurais, mas por eles, com eles, camponeses. Um princípio da Educação do Campo é que sujeitos da educação são sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, 3 indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias (FERNANDES e MOLINA, 2004, p. 37).

Além disso, Molina (2002) direciona a discussão sobre a Educação do Campo debruçando-se sobre os desafios dos educadores dessa modalidade, uma vez que eles também são protagonistas nessa caminhada, pois estão inseridos dentro do movimento existente no campo. Por isso, a autora destaca a importância da formação continuada desses educadores, além do estudo dos materiais voltados para o contexto, como a coleção “Por uma Educação do Campo” e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.

Dentro desse debate sobre os educadores do campo, Molina (2002) afirma a necessidade de refletirmos e sistematizarmos as ações pedagógicas desenvolvidas no campo, para fins de conhecermos as diferentes experiências existentes nas escolas do campo e reavaliarmos a nossa prática. “Além de estudar, escrever e fazer circular o material que produzimos, é preciso consolidar um espaço permanente de debate, de reflexão sobre o que acontece no campo, ao nosso redor e em nosso país. [...]” (p. 27).

Aos educadores do campo, a autora recomenda que as ações educativas sejam ampliadas de modo que não fiquem restritas apenas aos espaços escolares, uma vez que a Educação do Campo envolve a formação humana nos aspectos da vida em sua totalidade, e não apenas na escola.

César Benjamin (2001) traz para a Educação do Campo a concepção de projeto popular, uma vez que esse movimento da educação é um projeto popular desenvolvido por sujeitos que almejam atingir determinado objetivo: o de uma educação comprometida com seus interesses, que valoriza e contribui com suas lutas sociais.

[...] Achamos que, em cada momento, a sociedade deve definir conscientemente seus objetivos mais importantes e organizar-se para atingi-los. Afinal, a principal característica do ser humano, em oposição a todas as outras espécies, é exatamente sua capacidade de imaginar o futuro e agir para construí-lo. [...] (BENJAMIN, 2001, p. 10)

Para o autor, a construção de um projeto popular está intrinsecamente ligada a ruptura da ideia de poder, uma vez que se estabelece em nosso país um sistema no qual uns comandam e outros são comandados. Sendo assim, “[...] a sociedade não pode organizar-se em torno do princípio da solidariedade, mas da desigualdade e da hierarquia, que frequentemente descamba para a exclusão e a repressão” (BENJAMIN, 2001, p. 12).

Todavia, a ideia de um projeto popular se articula com as propostas do povo, ou seja, daqueles que são maioria na sociedade, mas que não conseguem garantir o alcance de suas demandas dentro desse sistema. É o que aconteceu com os sujeitos do campo, mas que se tentado reverter graças a postura dos Movimento Sociais.

Quando dizemos que o *nosso projeto é popular*, queremos dizer que ele pretende organizar a sociedade em torno dos interesses, do potencial humano e dos valores dos grupos sociais que vivem do trabalho e da cultura, que, como vimos, são a imensa maioria. Só assim a solidariedade, em vez do egoísmo, pode passar a ser o princípio organizador da nossa vida em comum. (BENJAMIN, 2001, p. 12)

Partindo desse ideal sobre o projeto popular e da Educação do Campo, faz-nos relevante considerar os sujeitos que ativamente participam desse movimento de construção, reflexão e ação existente no campo. Sendo assim, prosseguimos a análise e o estudo dos teóricos da Educação do Campo, relacionando-os com os sujeitos dessa educação.

3.2 Educação do Campo para os/as teóricos/as

Ao pensarmos nos sujeitos do campo, não só refletimos sobre quem são e o que fazem, mas também o que querem para a educação. Caldart (2000) afirma que a Educação do Campo reforça a perspectiva da inclusão dos sujeitos que vivem nesse contexto na elaboração das práticas pedagógicas de suas escolas. Para a autora, é preciso que esses sujeitos se identifiquem nos processos educacionais que se manifestam na sua realidade. Por isso, percebemos que não compensa elaborar propostas de currículos sem englobar os sujeitos do campo na produção dos projetos pedagógicos de suas escolas:

Queremos que os educandos possam ser mais gente e não apenas sabedores de conteúdos ou meros dominadores de competências e habilidades técnicas. Eles precisam aprender a falar, a ler, a calcular, confrontar, dialogar, debater,

duvidar, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saber articular o pensamento próprio, o sentimento próprio, e fazer tudo isto sintonizados com o projeto histórico do MST, que é um projeto de sociedade e de humanidade. Por isto em nossa Escola é vital que as educadoras cultivem em si e ajudem a cultivar nos educandos a sensibilidade humana, os valores humanos. (CALDART, 2000, p. 35).

Ao adentrar no viés pedagógico, os principais teóricos da Educação do Campo reconhecem que não há uma pedagogia específica para o Campo. Pelo contrário, para eles há um amplo repertório de práticas pedagógicas para o Campo e elas estão em movimento, assim como o campo está em movimento a partir das reivindicações e lutas travadas nesse espaço. Dentre as “Pedagogias em movimento” destacadas por Caldart (2011), podemos mencionar:

a) Pedagogia da luta social, no qual se educa para a vida, numa perspectiva de enfrentamentos e reivindicações sociais. Nessa perspectiva, “[...] nada é impossível de mudar e quanto mais inconformada com o atual estado de coisas mais humana é a pessoa. [...]” (CALDART, p. 98).

b) Pedagogia da organização coletiva, relativa a uma dimensão de cooperação, esta pedagogia afirma uma postura que rompe com a cultura individualista, predominante em nossa sociedade. A mesma se estabelece não só nesse caráter cooperativo, “[...] mas principalmente de uma visão de mundo, ou de uma cultura, onde o ‘natural’ seja pensar no bem de todos e não apenas de si mesmo.” (CALDART, p. 100).

c) Pedagogia da terra, que aproxima o educando da concepção de trabalho na terra, pois o mesmo passa a relacionar-se com ela, desenvolvendo um vínculo com a natureza, com o cultivo, o cuidado da terra e da sociedade. “[...] este também é um jeito de compreender que o mundo está para ser feito e que a realidade pode ser transformada [...]” (CALDART, p. 101)

d) Pedagogia do trabalho e da produção, que parte do valor atribuído ao trabalho enquanto produção de conhecimento, pois é a partir dele que se desenvolvem diferentes habilidades. Para CALDART (2011),

[...] o trabalho tem uma potencialidade pedagógica, e a escola pode torná-lo mais plenamente educativo à medida que ajuda as pessoas a perceber o seu vínculo com as demais dimensões da vida humana: sua cultura, seus valores, suas posições políticas... [...] (p. 101).

e) Pedagogia da Alternância, que se fundamenta em uma perspectiva integradora (escola, família e comunidade). Nela, há dois momentos que se relacionam: o tempo

escola, destinado às aulas teóricas e demais atividades da escola, e o tempo comunidade, destinado a pesquisa da realidade local dos educandos, trocas de experiências e conhecimentos. (CALDART, p. 105)

Essas e outras pedagogias do movimento incorporadas à Educação do Campo demonstram que há diferentes possibilidades para a construção de modelos escolares compatíveis com a realidade dos sujeitos do campo. Segundo Caldart (2000, p. 24): "O campo no Brasil está em movimento. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos".

Essa mudança mencionada por Roseli Caldart partiu dos sujeitos do campo que, inconformados com a situação em que estavam, decidiram reivindicar para que seus direitos fossem garantidos, pois se reconheceram como parte da sociedade. Segundo Caldart (2000, p. 24), é nesse movimento que se tem construído a educação básica do Campo, no processo de inquietação e busca por direitos.

Segundo Arroyo (1999, p. 14), "[...] não só há no campo uma dinâmica social, ou movimentos sociais no campo, também há um movimento pedagógico". [...]. Esse movimento tem sido reconhecido pela sociedade e é visível que o lugar onde mais há inquietações é nos movimentos sociais. Para Arroyo (1999), uma das características principais da Educação do Campo é a de estabelecer relação entre a educação e os direitos e, dessa forma, estabelecer relação entre a educação e os sujeitos.

Uma das características mais presentes quando tratamos sobre o conceito de Educação do Campo está na relação dos povos do campo com o trabalho. Para esses sujeitos do campo, o conceito de trabalho está intrinsecamente ligado ao conceito de necessidade humana, no qual a experiência do trabalho é enriquecedora para o desenvolvimento do homem e mulher do campo, sendo este distante da ideia de trabalho como hoje é entendido na sociedade neoliberal: para alimentar um sistema capitalista com ênfase no lucro e mercado. Para Arroyo (1999, p. 20): "A escola é mais um dos lugares onde nos educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana. [...]".

Essa educação precisa demonstrar importância sobre o cuidar da terra e do meio ambiente enquanto natureza, de valorizar sua cultura e sua história para que as gerações vindouras se interessem pelos saberes do Campo. Apesar de toda política específica envolvida

no pensar uma educação para o Campo, o sistema educacional ainda enfrenta desafios ao tentar propor métodos específicos para as escolas desse contexto.

É perceptível que, para os/as autores/as teóricos/as, a Educação do Campo se compromete com a vida, a luta e com o Movimento Social. Os sujeitos do campo demandam interesses distintos, mas agregam em si objetivos em comum, como o da garantia de uma educação de qualidade que lhes permitam ter a chance de escolher, decidir, participar etc. "[...] A Escola, ao assumir a caminhada do povo do campo, ajuda a interpretar os processos educativos que acontecem fora dela e contribui para a inserção de educadoras/educadores e educandas/educandos na transformação da sociedade" (ARROYO; CALDART; MOLINA, 1998, p. 161).

Dessa forma, longe de estabelecermos determinantes conclusivos sobre a Educação do Campo, cabe-nos a constante reflexão sobre o que se tem discutido, pesquisado e abordado sobre o tema. A concepção da Educação do Campo não cabe apenas aos conceitos atribuídos por seus autores/as teóricos/as, mas também ao entendimento que sujeitos camponeses possuem sobre a sua vida. No entanto, são os fundamentos desses autores/as-teóricos/as que consolidam o debate em torno da educação diferenciada no cenário educacional brasileiro.

4 Os/as teóricos/as e os pontos fundamentais para compreender a concepção da Educação do Campo

Ao investigar os/as principais teóricos/as da Educação do Campo, optamos por considerar a concepção de educação básica defendida por esses autores/as, tendo em vista também a ideia de campo atribuída por eles/elas. A partir dos estudos, predominantes sobre os autores/as do movimento “Por uma Educação do Campo”, entendemos que a Educação do Campo vai muito além de uma modalidade educacional. A mesma é uma resposta a um sistema de ensino excludente que perdurou em nosso país (e que ainda perdura), no qual se colocam os sujeitos do campo à margem das propostas educacionais.

Os/as teóricos/as da Educação do Campo enfatizam a dicotomia existente entre o termo “rural” e “campo”. Enquanto que o primeiro nos remete à ideia de atraso, do “jeca tatu”, do espaço geográfico produtivista que está a serviço do espaço urbano, o segundo insere-se numa perspectiva mais filosófica, no qual o campo é um espaço de movimento, de vida, de lutas sociais, culturas e identidades distintas, rico em saberes populares.

Conforme a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos, sendo essa obrigatória e gratuita em todas as etapas de ensino. A própria Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional também corrobora sobre esse direito, ao elencar em um de seus princípios que o ensino deve dispor da igualdade de acesso e permanência nas instituições escolares, o que nos leva a considerar a abrangência do campo neste princípio.

Além disso, a LDBEN (nº 9394/96) reconhece que os Movimentos Sociais fazem parte do processo formativo do ser humano. Tal ideia está intrinsecamente ligada a concepção da Educação do Campo, pois a mesma se estabelece a partir dos Movimentos Sociais vinculados ao campo. Os/as autores/as teóricos/as reforçam a importância desses Movimentos Sociais no âmbito educacional, uma vez que o reconhecimento das necessidades do campo só foi possível graças às inquietações levantadas pelos Movimentos vinculados ao campo.

A Educação do Campo surge como um movimento de reconhecimento desses sujeitos sobre seus direitos, na qual a educação deve ser própria para a realidade daqueles que nela estão inseridos, tendo em vista que essa perspectiva é a mais reafirmada entre seus os/as autores/as teóricos/as (ARROYO; MOLINA; CALDART; BENJAMIN; FERNANDES. 2004).

Os autores/as teóricos/as compartilham ainda que essa educação deve valorizar os conhecimentos do campo, e não excluir ou inferiorizar os saberes populares desses sujeitos, mas conduzi-los à emancipação social, política e educacional. Esse princípio de emancipação pode ser relacionado às ideias de Paulo Freire, principalmente por reforçar uma pedagogia libertadora.

A partir desses referenciais teóricos do campo, elencamos algumas das principais ideias que, perpassam entre os/as autores/as teóricos/as, que são fundamentais para discutir a Educação do Campo:

1. A Educação do Campo exige o reconhecimento de sua especificidade

A grande pauta colocada pelos Movimentos Sociais a respeito dos povos do campo está na conquista de uma educação diferenciada e de qualidade, ou seja, uma educação que esteja em consonância com a sua realidade.

Além disso, é reforçado pelos/as autores/as que as concepções e princípios pedagógicos da escola do campo devem contemplar os interesses econômicos, sociais, políticos e culturais dos sujeitos desse contexto, pois eles reconhecem a diferença existente entre o contexto campo e o contexto urbano, que abrangem os modos de vida, cultura e trabalho de cada um.

Por isso, os/as autores/as reforçam que as escolas do campo não podem continuar seguindo os mesmos padrões da escola urbana. Logo, evidencia-se que os teóricos

compartilham do pensamento em que a Educação do Campo possa romper com a predominância do modelo de escola carregada de aspectos urbanocêntricos.

2. O campo está em movimento:

Segundo os teóricos estudados, é evidente que o movimento predominante no campo hoje se estabelece a partir das lutas sociais. Não há como dissociar o campo dos Movimentos Sociais, uma vez que foram esses movimentos que possibilitaram a abertura das discussões sobre a Educação do Campo.

Quando falamos que o campo está em movimento, compactuamos com aquilo que outrora foi definido por Arroyo, como um movimento educativo. Ou seja, que agrega valores do campo na perspectiva educacional, pois considera que a realidade campestre é rica em história, conteúdos e experiências que podem ser incorporados à escola.

3. Sujeitos do campo:

Esse movimento existente no campo hoje se constitui de diferentes grupos inseridos na causa do campo. Cada um carrega especificidades próprias para serem consideradas na reivindicação por seus direitos. Esses sujeitos campestres abrangem as denominações dos assentados, do MST, dos ribeirinhos, pequenos agricultores, dentre outros.

Tais sujeitos do campesinato são compostos por homens, mulheres, jovens e crianças que almejam a inserção de suas matrizes culturais nas propostas pedagógicas das escolas do campo. Por isso, devemos considerá-los como participantes principais na criação de projetos e propostas curriculares direcionadas ao campo, afinal, quem melhor para conhecer as necessidades da vida no campo do que seus próprios sujeitos? É nesse questionamento que os teóricos argumentam suas indicações para a construção de uma Educação realmente do Campo.

4. O trabalho não está dissociado da educação:

Os/as teóricos/as da Educação do Campo concordam que a escola adequada para o campo é aquela que alia, ao seu currículo, os aspectos da educação e do trabalho. Ou seja, para os sujeitos campestres, o trabalho não está dissociado do processo educativo. Pelo contrário, a concepção de trabalho predominante nesse contexto é aquela que está intrinsecamente

relacionada à ideia de subsistência, e não da venda de sua força, no qual hoje atribuímos ao conceito de trabalho dentro da perspectiva capitalista.

Para o campo, o trabalho está relacionado à terra. É dela que os sujeitos retiram seu alimento, que produzem a cultura agrícola, do cultivo e do respeito à natureza. Por isso, é importante frisar que não há como desfazer essa relação ao abordarmos a Educação do Campo. Nessa modalidade cabe a constante alternância entre escola, comunidade e trabalho, pois seus sujeitos dependem majoritariamente da terra, e é partir da relação com a terra que se desenvolvem enquanto ser humano.

5. Formação de docentes do campo:

O que se nota a respeito dos povos do campo é uma luta constante em se fazer presente na busca por melhorias na educação. Dentre suas reivindicações, os teóricos apontam as qualificações específicas aos profissionais da educação, para que os mesmos possam atender de forma adequada a proposta de seu contexto.

Desde os programas instituídos pelo governo federal no período de 2004 a 2016, até mesmo as organizações e conferências de educadores/as do campo no Brasil, fica evidente que os povos do campo veem a educação como algo de responsabilidade pública e que deve ser planejado com base nas necessidades que possuem.

Dessa forma, a partir das reflexões propostas através dos/as teóricos/as da Educação do Campo, evidenciamos a defesa de um conceito que perpassa diferentes dimensões, sendo estas: política, social, cultural e pedagógica. Ambas as dimensões estão em constante diálogo, pois a concepção de Educação do Campo está associada à ideia de contexto, no qual a população campesina reivindica o seu direito de pensar o mundo tendo em vista a sua própria realidade.

Considerações finais

Evidenciamos através do estudo da temática sobre Educação do Campo que seus principais teóricos/as estabelecem concepções sobre essa modalidade que se relacionam com os Movimentos Sociais, uma vez que, para eles os movimentos sociais são os principais responsáveis pela inserção do campo na pauta educacional brasileira, surgindo graças ao reconhecimento dos sujeitos campesinos sobre a necessidade da educação para seus povos.

Inserem-se nas abordagens analisadas sobre os/as autores/as teóricos/as, como Miguel Arroyo, Roseli Caldart, Mônica Molina, Bernardo Fernandes e César Benjamin, que prevalece

o discurso sobre a Educação do Campo enquanto especificidade, pois para eles cabe a essa educação assegurar aos sujeitos do campo a formação humana vinculada não apenas a transmissão de conhecimentos historicamente construídos, mas também aos modos de vida, de trabalho, a cultura e a luta social existente no espaço do campo brasileiro.

Além disso, foi-nos possível refletir sobre a inclusão desses sujeitos do campo na construção de propostas políticas e pedagógicas que contemplem suas matrizes culturais, que vincule a educação ao trabalho da terra e lhes oportunize a emancipação social.

Notamos, através dos teóricos estudados, que a construção de uma Educação do Campo está primeiramente preocupada em romper com a visão estigmatizada sobre o território campestre, isto é, a ideia de campo que foi concebida ao longo de nossa história de modo marginalizado e estereotipado.

Reforçamos a importância teórica atribuída à coleção “Por uma Educação do Campo”, pois a mesma trouxe para esta modalidade subsídios para o debate em torno do campo e seus sujeitos. Os/as autores/as teóricos/as contribuintes com esse movimento desenvolveram ao longo dessa coleção aportes metodológico, político, histórico e filosófico a respeito da Educação do Campo.

Sendo assim, é possível afirmar que os teóricos do campo compartilham entre si a concepção de Educação do Campo como algo em construção, estando esta articulada com os interesses e história daqueles que fazem parte do contexto do campestre brasileiro. Tais referenciais teóricos do campo estudados até então são indispensáveis na compreensão sobre a temática, pois é a partir deles que se fundamentam as bases para o entendimento da educação na perspectiva do campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília: Articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Política de Formação de Educadores do Campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 23 set. 2017.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por Uma Educação Do Campo**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salette. **Projeto Popular e Escolar do campo**. 2 ed.. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Coleção Por uma Educação Básica do campo, 2001, n° 3.

BEZERRA NETO, Luiz. Educação do campo ou no campo? **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.38, p. 150-168, jun.2010 - ISSN: 1676-2584.

BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. Educação do Campo: referenciais teóricos em discussão. **Revista EXITUS**, v 1, n 1, p. 93-104, Jul./Dez. 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação do Campo**. Inep/MEC, 2007. Disponível em: <http://www.redler.org/panorama-educacao-campo.pdf>>. Acesso em 25 dez. 2017.

BRASIL. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: **Educação do Campo: Identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Coleção Por uma Educação Básica do campo, 2002, n° 4, p.18-25

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

CALDART, Roseli Salette. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho, Educação, Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. et al. **Educação do campo: campo – políticas públicas – educação**. Org. Clarice Aparecida dos Santos. Brasília: INCRA, 2008.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MOLINA, Mônica Castagna. Desafios para os educadores e as educadoras do campo. In: **Educação do Campo: Identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Coleção Por uma Educação Básica do campo, 2002, n° 4, p. 26-30.

PINHO, Ana Sueli Teixeira de; SANTOS, Stella Rodrigues dos. **Educação fundamental no campo: por uma educação liberta do modelo escolar “urbanocêntrico”**. Bahia: Educação Fundamental, n.13, 2007. Disponível em: <http://www.30reuniao.anped.org.br/minicursos/ementa%20do%20minicurso%20do%20gt13.pdf>

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da Educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, Out./Dez. 2017.

SOBRE AS AUTORAS:**Heloisa da Silva Borges**

Professora Doutora do Departamento de Administração e Planejamento, da Faculdade de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: helo-borges@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0001-7629-7056>

Bianca da Silva Oliveira

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Participou de defesa oral no I Seminário de pesquisa em Educação - FACED\UFAM, com o tema "Educação do campo: desafios da prática curricular docente" - 2º semestre/2016 Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/ UFAM (2017-2018). E-mail: biancaoliveira991@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-5623-168X>

Recebido em: 22 de agosto de 2019
Aprovado em: 07 de fevereiro de 2020
Publicado em: 01 de abril de 2020